



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Segunda-feira
(23, 24 e 25/09)**

Manchetes

O Globo: Com demanda em alta, PF ganhará novas tornozeleiras eletrônicas

Folha de S. Paulo: Rio tem tiroteios e 3 mortos mesmo após cerco do exército na Rocinha

Brazilian Times: Prisão se tornou 'home office' do crime organizado, diz ministro

Portal G1: PMs e guarda-civil são condenados por maior chacina de São Paulo

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Confrontos: Folha de S. Paulo noticia que durante o cerco realizado pelas Forças Armadas no Rio de Janeiro houve trocas de tiros e três mortos. Nove homens foram presos, 18 fuzis foram apreendidos, além de sete granadas e 2.136 munições.

Projéteis apreendidos: Segundo um estudo do Instituto Sou da Paz, que analisou dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), as munições apreendidas pelas forças de segurança no Rio de Janeiro somaram 548.777, entre janeiro de 2014 e junho deste ano. É uma artilharia suficiente para 430 disparos por dia. Informação do **O Globo**.

Desentendimentos: Editorial do **O Globo** diz que não deve haver desentendimentos entre a PF e o MP. Segundo o texto, há conhecidas divergências entre policiais federais e procuradores, sempre em torno de espaços de poder, mas estas rixas terminam ajudando o crime organizado.

Cúmplice: O Estado de S. Paulo informa que a investigação da Polícia Civil aponta que o PM que assassinou jogador de hóquei contou com um cúmplice. O motorista vinculado a um aplicativo de transportes foi preso. Ele teria transportado o PM ao local do



assassinato.

Condenação: PMs e o guarda-civil presos acusados da maior chacina do estado de São Paulo foram condenados na sexta-feira (22) pelos assassinatos de 17 pessoas e pela tentativa de matar outras sete em 2015. Somadas, as penas ultrapassam 600 anos de prisão. **Portal G1.**

PM Condenado: Rádio **CBN** informa que um PM acusado de matar sem-terra no Rio Grande do Sul é condenado à 12 anos de prisão. O crime aconteceu em 2009 durante uma reintegração de posse.

Mortes em confrontos: O elevado número de mortes em confronto com a polícia do Amapá preocupa a OAB, diz **Diário do Amapá**. Para advogado Membro titular da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Maurício Pereira, disse que a grande maioria das mortes é desnecessária.

Comando da segurança: O **Globo** traz a notícia sobre o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defendeu a saída do secretário de Segurança do Rio, Roberto Sá. Para Maia, o episódio do dia 22/09 na Rocinha mostra que Sá perdeu totalmente o controle da situação.

Sistema Prisional

Tornozeleiras eletrônicas: O **Globo** informa que a polícia Federal irá receber tornozeleiras eletrônicas custeadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A decisão de comprar e repassar os equipamentos diretamente para a PF ocorre após polêmica sobre benefício de prisão domiciliar ao ex-deputado Rodrigo Rocha Loures.

Home office do crime: Em entrevista ao **Brazilian Times**, o Ministro da Defesa diz que a prisão se tornou 'home office' do crime organizado. Ele defendeu que seja interrompida com urgência a comunicação entre comandantes de facções criminosas presos com familiares e advogados.

Confusão: **Portal G1** noticia que a Penitenciária de Parnaíba, no Piauí, registrou um princípio de motim envolvendo 100 detentos. Os agentes penitenciários em greve estão com alguns serviços suspensos, dentre eles o recebimento de material levado por



familiares de presos, o que revoltou os detentos.

Suspensão de serviços: Em Santa Catarina, por falta de pagamento, a empresa responsável pela administração do Complexo Prisional da Canhanduba, em Itajaí, e da Penitenciária Industrial de Joinville, anunciou que vai suspender os serviços a partir do dia 31 de outubro. **A Notícia – SC.**

Pronatec: Valor Econômico noticia que ao menos 36,4 mil presos foram inscritos em cursos de profissionalização do Pronatec nos últimos quatro anos, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). O resultado foi obtido após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apoiar o poder Executivo na inclusão de detentos de todo o país no programa.